

REFLEXÕES PARADIGMÁTICAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: dissídios e consensos

PARADIGMATIC REFLECTIONS ON THE AGRARIAN QUESTION: dissonants and consensus

José Aparecido Lima Dourado

Mestrando em Geografia

Universidade Federal de Goiás, *Campus Catalão*

Membro do Grupo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais, GETeM

josephdourado@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo trata das contradições teóricas existentes acerca das interpretações e/ou paradigmas acerca dos estudos agrários no Brasil, de maneira a compreender a multiplicidade conceitual que circunscreve as correntes que se encarregam de abordar a temática. É, pois, uma tentativa de destacar os aspectos conflitantes que envolvem os estudos sobre a Geografia Agrária, de maneira a trazer para o centro do diálogo as concepções das matrizes teóricas marxista-leninista e chayanoviana, cujas abordagens debatem sobre as possibilidades e condicionantes que perpassam o campesinato no capitalismo. Cabe uma advertência, pois, não serão abordadas aqui todas as nuances que envolvem as interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, pois dar-se-á ênfase às principais teses sobre a expansão do capitalismo agrário no Brasil.

Palavras-chave: Paradigmas, campesinato, Geografia Agrária, capitalismo, camponês.

Abstract

The present article deals with the existing theoretical contradictions concerning the interpretations and/or paradigms concerning the agrarian studies in Brazil, in way to understand the conceptual multiplicity that circumscribes the chains that if put in charge to approach the thematic one. It is, therefore, an attempt to detach the conflicting aspects that involve the studies on Geography Agrarian, in way to bring for the center of the dialogue the conceptions of the theoretical matrices marxist-leninist and chayanov, whose approaches debate on the possibilities and conditioning that span the peasant in the capitalism. A warning fits, therefore, will not approach all here nuances that they involve the interpretations on the development of the capitalism and its consequences for the peasant, therefore will give emphasis to the main thesis on the expansion of the agrarian capitalism in Brazil.

Key words: Paradigms, peasant Agrarian Geography, capitalism, peasant.

Introdução

Tratar da questão agrária no Brasil é uma tarefa nada fácil, haja vista a complexidade das discussões acerca do assunto. Embora seja vasta a produção acadêmica que aborda este tema, os impasses surgidos, desde o final do século XIX e início do século XX, ainda hoje, oferecem momentos de intensos debates entre os autores marxistas-leninistas, que preconizam o fim do campesinato, e aqueles que, ao contrário, defendem a sua permanência. Essas divergências têm contribuído sobremaneira para que surjam novos conhecimentos e ideais sobre o assunto, tornando esta área da Geografia extremamente dinâmica, mas também conflituosa, no que diz respeito à postura política de seus estudiosos.

Nesse universo, em que predominam importantes contradições, é importante destacar que, por conta das limitações de um artigo, alguns fatores poderão ser aqui abordados de maneira pouco profunda ou poder-se-á nem mesmo esclarecer devidamente a dúvida que mais persegue os estudos agrários, que é o conflito que há entre os conceitos de agricultura familiar e campesinato, mas espera-se que essas possíveis lacunas não acarretem grandes prejuízos para o estudo e análise do tema. É necessário compreender as posições político-ideológica dessas duas correntes e muito cuidado, para evitar confusões teórico-conceituais, sem o que o conhecimento da questão agrária e a solução de seus problemas podem não ser atingidos.

O presente artigo trata das concepções teóricas, político-ideológicas e metodológicas existentes nos estudos agrários no Brasil e de suas contradições. É, pois, uma tentativa de trazer para o centro do diálogo as concepções das matrizes teóricas marxista-leninista e chayanoviana, no que elas propõem-se tratar das possibilidades/impossibilidades e condicionantes do fim e/ou da persistência/permanência do campesinato no capitalismo.

A realização deste trabalho implicou fazer uma revisão de literatura para compilar as principais abordagens sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, de forma que as discussões aqui suscitadas apresentassem consistência teórica quando tratam da sua evolução. Dentre os autores clássicos estudados, destacam-se Lenin

(1985) e Kautsky (1968) e estabelece-se o diálogo entre eles e autores contemporâneos, como Oliveira (1986, 1991, 2003), Chayanov (1972), Shanin (1983), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Prado Jr. (2000), Guimarães (1982, 1989), Fernandes (2000, 2001) e Martins (1993). Desta forma, espera-se conhecer as relações entre os autores supracitados, uma condição precípua ante a complexidade própria ao tema, para, assim, e, assim, poder contribuir para ampliar os debates acerca da Geografia Agrária no Brasil.

No intuito de fazer uma abordagem didática do tema, as discussões e reflexões deste artigo estão divididas em duas partes, embora isso não signifique que seja possível fazer essas e tantas outras divisões no âmbito da realidade dos fenômenos, como propõe a lógica cartesiana-positivista. Num primeiro momento, serão tecidas reflexões um tanto gerais acerca das proposições, hipóteses, posturas político-ideológicas que professam o fim da agricultura camponesa e do campesinato. Depois, as discussões se concentrarão no pensamento de Chayanov e teóricos brasileiros acerca da agricultura camponesa, com o propósito precípua de mostrar a realidade do campesinato no Brasil.

Como contribuição para os estudos agrários, espera-se que o presente trabalho forneça subsídios para que os conceitos vigentes nos estudos agrários continuem debatidos. Há que se evidenciar que o conhecimento e a análise das correntes teóricas, político-ideológicas e metodológicas que sustentam as posições dos autores utilizados como aporte teórico na Geografia Agrária são condição fundamental para se compreender os discursos do debate entre os que defendem e os que combatem o campesinato. Nesse sentido, muito mais que apenas abordar o tema de forma neutra, será aqui, deliberadamente, assumida uma postura em favor da existência-persistência da agricultura camponesa, por se entender que as contraposições a esta ideia desconsideram a complexidade própria das suas práticas, mesmo porque concorda-se com Prado Júnior (2000, p. 22) que “qualquer análise social é sempre afetada, consciente ou inconscientemente, pela posição política do analista”.

Concepções marxista-leninistas para os estudos agrários, o determinismo econômico e o capitalismo agrário

De fato, tanto a teoria marxista-leninista e seus devires como as ideias professadas pelo russo Alexander Chayanov suscitam debates acirrados sobre a agricultura camponesa e estabelecem interfaces a partir do desenvolvimento e prática da agricultura no capitalismo. Essa situação implica questões ideológicas e políticas conflitantes presentes na sociedade rural, entre o final do século XIX e início do século XX. É certo que há, nesse universo de teorias sobre as sociedades camponesas, dois polos antagônicos: o “determinismo econômico” presente nas obras clássicas dos autores Marx, Engels, Kautsky e Lenin, e o “determinismo biológico” presente na obra de Alexander Chayanov.

Para os marxistas-leninistas a agricultura camponesa estaria fadada, no futuro, ao desaparecimento, pois a ascensão da forma capitalista de produção acabaria por romper com as estruturas vitais para a pequena exploração da terra, responsáveis pela inexorabilidade da forma de produção dos camponeses. Já para Chayanov, o campesinato continuaria a existir, como, aliás, mostram os intensos movimentos de luta pela terra em todo o mundo e, mais especificamente, no Brasil.

A transferência destas teses todas para a realidade da (re)produção camponesa brasileira se constitui num sério problema, já que os estudos destes autores não podem ser desvinculados do contexto histórico no qual foram realizados e podem estar contaminados pela visão eurocêntrica de mundo, reducionista e homogeneizante. Tanto as discussões feitas por Kautsky sobre o processo de diferenciação camponesa quanto as análises de Lenin relativas ao desenvolvimento do campesinato nos Estados Unidos e na Rússia e os estudos de Chayanov devem ser tratadas com cautela quando aplicadas ao Brasil porque são múltiplas as interpretações possíveis para estas teses, o que pode gerar grandes distorções conceituais. Quanto a isso, Chayanov alertou em sua obra:

El análisis y los conceptos aquí introducidos no intentan proporcionar una llave maestra para el entendimiento de las sociedades campesinas en general sin consideración de espacio, tiempo y estructura política y cultural. Sin

embargo, puede resultar relevante un análisis a algunos niveles de generalización (CHAYANOV, 1972, p. 21).

As transformações decorrentes da industrialização, fizeram emergir uma nova realidade para os camponeses da Europa no século XVII devido à desagregação e à dissolução da indústria doméstica camponesa. Segundo Kautsky,

Quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro (KAUSTKY, 1968, p. 31).

Para o referido autor, a condição do homem camponês naquele momento estaria marcada pela lógica pouco favorável para a sua manutenção, pois a agricultura se modernizava e ampliava-se a propriedade privada da terra. A exploração capitalista da terra se dava, além da apropriação privada da terra, pelo caráter de mercadoria imprimido a todos os produtos da lavoura. O autor afirma também que a forma como o camponês executava o seu trabalho seria um dos motivos da sua inevitável decadência, pois aquilo que o camponês laboriosamente produzia em um determinado período de tempo podia ser rápida e quantitativamente superado pela produção no molde capitalista.

Adepto à ideologia da social-democracia, Kautsky acreditava que o modo de produção do camponês, individual ou em grupos restritos, era um entrave à implantação do socialismo. Por isso, haveria a necessidade de, implantando o capitalismo na agricultura, proletarizá-lo, tornando-o vulnerável e incapaz de opor-se à ideia da produção coletiva. Segundo este autor, a produção organizada em cooperativas seria uma etapa para a sua conversão ao capitalismo, posição contrária à aqueles que a defediam como um avanço para o coletivismo. Kautsky, em sua obra “A Questão Agrária”, afirma que a incapacidade da propriedade camponesa de assimilar os progressos técnicos acabaria por provocar o seu desaparecimento, ou a proletarização do camponês. Para este autor, o tamanho da propriedade camponesa constituía-se num outro obstáculo para a modernização da produção camponesa, pelo fato de que as

pequenas áreas a serem cultivadas inviabilizariam a aquisição de máquinas que requeria grande dispêndio financeiro.

Kautsky, como Marx, concebia a sociedade apenas como produto da luta de classes, o que o levava a crer na necessidade de enquadrar os camponeses numa das divisões da sociedade. Mas, para isso, seria necessário destituir os camponeses dos meios de produção de que dispunham. Kautsky defendia a superioridade da produção no modo capitalista em relação à agricultura camponesa. Suas ideias receberam forte oposição do russo Alexander Chayanov (1972). Em seu clássico livro “La organización de la unidad económica campesina” Chayanov analisa acuradamente a dinâmica da sociedade camponesa russa do início do século XX no intuito de demonstrar que em uma economia capitalista, todas as formas não-capitalistas de produção são desprezadas e tidas como insignificantes. Este autor, a partir de 1911, dedicou-se a construir uma teoria que rebatesse a da empresa capitalista de Kautsky, pois para ele, o camponês não concebe o resultado de seu trabalho com ganância, como ganho, lucro.

Nesse sentido, a compreensão das sociedades camponesas está para além da diferenciação e da luta entre classes proposta pelo marxismo que, como determinismo econômico, material, não concebe a existência da classe dos camponeses por entender que a sociedade capitalista constitui-se apenas pela classe burguesa e pela proletária. Para a concepção chayanoviana, as sociedades camponesas caracterizam-se culturalmente pela exploração equilibrada da propriedade, pois, ao perceber que as necessidades da família foram contempladas, o próprio camponês regula a exploração pelo trabalho e sua capacidade de trabalho, em um determinismo biológico.

Assim, o tradicionalismo e o conformismo são reflexos das normas e costumes das sociedades campesinas que não estão organizadas com o propósito único de maximizar a renda monetária. Mas, a produção dos camponeses também não está de todo fora da estruturação da sociedade capitalista, pois, além de produzirem para o seu próprio consumo, eles produzem para satisfazerem as necessidades de alimentos e matérias-primas daqueles que possuem o poder político e econômico. Por isso, é grande e urgente a necessidade de se aprofundar o debate sobre as concepções teóricas, político-ideológicas e metodológicas que procuram explicar os caminhos da agricultura

camponesa, para evitar os efeitos nocivos dos dissensos e/ou dos consensos, bem como das generalizações. De modo geral, três possibilidades acabam por delimitar os caminhos a serem seguidos pelos estudos agrários, a saber: o fim do campesinato, o fim do fim do campesinato e a metamorfose do campesinato em agricultura familiar (CARVALHO, 2005, p. 24).

O fim do campesinato, devido à modernização da produção agrícola ou, para evitar esse trágico fim, pela sua transformação em agricultura familiar obedece à lógica de mercado, portanto, seria a implantação total do capitalismo agrário. Os estudos, já mencionados, de Kautsky (1968) vão nessa direção. Lenin (1980; 1985), Lamarche (1998) e Abramovay (1992), como também tem ideologia marxista, não concebem a existência do camponês como sujeito social. Para Abramovay,

A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês n'O Capital é logicamente impossível. A atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que fala Marx (ABRAMOVAY, 1992, p. 36).

Lamarche (1998) procura por meio de um estudo comparativo entre cinco países, levantar as características do que seria um tipo único ideal de campesinato, enquanto que Abramovay (1992) procura buscar na obra de Marx as justificativas para explicar o fato de este autor não conceber o camponês como classe social. Segundo Abramovay,

Se, do ponto de vista marxista, é possível falar conceitualmente em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo. Os proprietários fundiários só emergem como "terceira" classe na medida que a eles corresponde um rendimento cuja origem é a mais-valia social (ABRAMOVAY, 1992, p. 35).

Para Abramovay (1992), o camponês se metamorfosearia em agricultor familiar. Há, nesse contexto, uma desconfiguração do camponês, que perderia a sua capacidade de resistência, tornando-se conformado com as diferenças decorrentes do capitalismo.

Entretanto, o autor desconsidera formas de resistência campesina como o trabalho como posseiros, arrendatários, assentados e meeiros, dentre outras.

Embora todos afirmem serem conhecedores da dinamicidade da vida campesina, ao fazerem suas análises, muitos destes autores se esquecem disto quando defendem veementemente o fim do campesinato. Carvalho (2005, p. 32) afirma que “a natureza da agricultura camponesa não é definida pela sua dimensão, mas por suas relações externas e internas”, é imprescindível compreender que termos como “agricultura familiar”, “pequeno produtor familiar” “pequeno agricultor familiar” ou “pequeno produtor rural” acabam servindo para justificar o fim do campesinato e sua conseqüente inserção no capitalismo agrário.

A idéia de que a classe camponesa não está contemplada nos estudos de Marx, Kautsky e Lenin faz com que Abramovay sintam-se autorizados a “defender certas concepções como, por exemplo, a de que o camponês possui cultura e economia incompletas, [...]” (FELÍCIO, 2006, p. 22). A afirmação de Lenin (1985) de que nada resistiria à cooptação do capitalismo, pois sua expansão significaria a utilização de meios diversificados para atingir seus objetivos, também é tomada por Abramovay como justificativa para o fim do campesinato. Para Abramovay, os camponeses podem ser, nesta situação, “classificados em ricos, médios e pobres, utilizando-se o critério da compra ou venda da força de trabalho” Já Abramovay (1992, p. 119) destaca que não seria possível falar numa sociedade camponesa porque não existiu um Estado camponês no Brasil.

Lenin (1985) quando afirmou que o campesinato acabou emperrando o desenvolvimento do campo por não entender o espírito da Revolução de 1917 deixou subentendido que esse “atraso” na forma de pensar era fruto de uma organização social arcaica. Embora de efeitos nefastos para a Rússia, a prática de “terra arrasada” implementada pelos camponeses russos desvelou uma dimensão política de contestação marcante. A destruição da estrutura produtiva do campo ocasionou a falta de alimentos, levando à necessidade por parte do governo de mobilizar novas frentes de reconstrução do campo que certamente não considerou as possibilidades presentes na situação anterior

Para aqueles que defendem o capitalismo agrário, a agricultura familiar é um conceito genérico e generalizante. O camponês adaptar-se-ia às exigências do mercado e estaria, portanto, totalmente integrado à globalização da economia, o que causaria, portanto a dissolução por completo dos resquícios da tradição camponesa, ou seja, haveria o surgimento de um novo personagem. Este personagem seria representado pelo moderno; aquele que por intermédio do capital, assimilaria a modernização das técnicas e dos modos de produção, como requisito inquestionável para a sua sobrevivência.

Para essa matriz ideológica, em virtude da predominância da produção capitalista, a auto-suficiência camponesa iria por terra. O grande empreendimento agrícola capitalista representaria a decadência da organização social camponesa que não suportaria as pressões da economia monetária e, assim, surgiria, nesse contexto, histórico a crise agrária.

Os defensores do capitalismo agrário reafirmam a absorção/exclusão social do camponês pela expansão do capitalismo, que faria emergir uma realidade contrária à permanência e reprodução da família camponesa, em decorrência da consolidação da empresa capitalista no campo. Tais estudiosos pactuam com a opinião de que é impossível para a agricultura familiar e para a pequena produção subsistir no campo na presença do capitalismo nos demais setores produtivos da sociedade, pois a estrutura camponesa teria começado a sua desagregação desde antes da Revolução Industrial.

Todavia, a dinâmica camponesa tem se revelado bastante contrária a essa postura, visto que sua firmeza, uma qualidade intrínseca de sua forma de organização social, faz com que o campesinato resista e (re)exista de várias formas.

A concepção chayanoviana, o determinismo biológico e a resistência/(re)existência do campesinato

Nos estudos agrários autores como Chayanov (1972), Shanin (1983) e Oliveira (1986, 1991, 2003), mantém a postura e enfrentamento das perspectivas catastróficas quanto ao futuro do campesinato. Como contraposição às ideias do fim do campesinato e/ou de seu metamorfoseamento, os supracitados teóricos defendem que a criação e

recriação do campesinato dar-se-ia por meios variados e assim representam-no, hoje os assentados, os posseiros e os meeiros, dentre outros.

A produção camponesa não estaria de um todo isenta das influências do capital, todavia o cerne de sua lógica não estaria afetado. Embora inserida no universo capitalista, a produção camponesa possui peculiaridades como a atividade para a manutenção da família, havendo, pois, ausência de salário. Chayanov (1972) acredita que a família é um dos fundamentos do campesinato, inclusive para a sua renovação, pois a luta pelo trabalho e permanência na terra representa a luta pela própria sobrevivência. Shanin (1983) incumbe-se da tarefa de analisar a organização da atividade camponesa, demonstra as suas particularidades e desenvolve uma investigação que procura responder as indagações existentes acerca da produção familiar camponesa.

Há, mesmo no seio da perspectiva daqueles defensores do campesinato, discordâncias que merecem ser destacadas, como afirma Woortmann (1990) que faz uma análise antropológica sobre o modo de vida camponês, condição essa que a torna promotora de reflexões esclarecedoras sobre a miríade de conceituações que perpassa esta discussão. Como exemplo, este autor enfatiza que,

Chayanov (1966) se concentra na análise da família camponesa. Mas ele constrói uma família (melhor dizendo, um grupo doméstico) “economicizada”, vista como uma unidade de força de trabalho e, ao mesmo tempo, como uma realidade demográfica. Sahlins (1978) em contraposição, parte da noção chayanoviana de um modo de produção doméstico, mas como que “deseconomiciza” sua perspectiva, colocando-a no contexto de um contrato social fundado na reciprocidade enquanto valor (WOORTMANN, 1990, p. 11-12).

No Brasil, a produção camponesa e a resistência do campesinato são defendidas de maneira fervorosa por Oliveira (2003) que apresenta um minucioso estudo comprovando a sua importância e vitalidade. Este estudo contribui sobremaneira para desmistificar a idéia de supremacia das grandes propriedades (o que coloca por terra a teoria de Kautsky) que, como revelam os dados, aparecem atrás das pequenas propriedades no tocante à produção de alimentos.

Oliveira (2003) mostra que somente quando os incentivos governamentais se constituem em pilares para as atividades dos latifúndios é que estes conseguem superar

a produção da pequena propriedade. Dentre os destaques do referido estudo de Oliveira (2003), está a confirmação de que os latifundiários tem usado a terra como reserva patrimonial e de valor, impedindo que seja utilizada para produzir alimentos.

Outros autores no Brasil como Guimarães (1982, 1989) e Prado Junior (2000), também tratam da produção camponesa na questão agrária, entretanto há alguns aspectos divergentes entre eles. Guimarães (1982, 1989) defende que a agricultura brasileira apresenta-se centrada em resquícios feudais e num modo arcaico de produção. Este autor analisa a trajetória da agricultura brasileira tendo como princípio basilar os quatro séculos de latifúndio a que esteve submetido o sistema agrário brasileiro. Segundo ele, “as relações de produção que travam o desenvolvimento de nossa agricultura não são do tipo capitalista, mas herança do feudalismo colonial.” (GUIMARÃES, 1989, p. 34).

Contrapondo-se a esta concepção, Oliveira (1986, p. 31) mostra que não é cabível pensar no Brasil, numa agricultura feudal porque aqui esta já surgiria sob as bases de uma sociedade capitalista. Também Prado Júnior (2000, p. 67) destaca que, embora haja semelhanças, as práticas agrícolas desenvolvidas no Brasil não devem ser confundidas com as desenvolvidas durante a vigência do Feudalismo na Europa, pois lá este se tratava de uma organização institucional enquanto aqui tratar-se-iam de formas de pagamento ajustadas, nos quais o dinheiro era substituído por formas não monetárias. Para o referido autor,

Ao invés de “restos feudais” e relações “semifeudais”, seria mais acertado e adequado falar em restos escravistas ou servis, e relações semi-escravistas ou semi-servis, pois uma economia de base escravista não se confunde com economia feudal, e as relações de produção são em ambas distintas (PRADO Jr., 2000, p. 67).

Tantas formas de pensar e interpretar os fatos demonstram a necessidade de reflexão constante, as pesquisas, e aqui especificamente, na Geografia Agrária, para que seja possível a construção de pensamentos e práticas autônomas e compromissados socialmente com aqueles destituídos desde sempre ou em vias de serem destituídos do direito à *terra de trabalho*. Também é necessário cuidado para não se reproduzir o discurso que marginaliza o camponês, que o toma, muitas vezes, como atrasado e

miserável, pois desde a fase de colônia a grande propriedade fundiária inviabiliza a cidadania no campo, para o que é imprescindível e urgente a Reforma Agrária.

Há também a necessidade de pensar e defender a lógica camponesa a partir da perspectiva dos “de dentro”, dos que tem a terra enquanto valor de uso. Nessa direção, Martins (1993, p. 28) afirma que “É necessário ter a coragem de aceitar o desafio de produzir uma ciência social que corresponda à realidade da nossa sociedade e às indagações e problemas que ela suscita e propõe”. O que acontece é que muitos teóricos, de modo um tanto apressado e pouco lógico, transpõem para a realidade brasileira pensamentos e interpretações que não representam a agricultura aqui praticada.

Fato consumado, o capitalismo, segundo as concepções antes mostradas levaria a produção familiar camponesa ao desaparecimento, mas, como afirma Oliveira (1986, p. 26) ele é contraditório e é essa condição que favorece a criação e recriação do campesinato, mediante formas não especificamente capitalistas de produção. Ainda segundo Oliveira,

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições (OLIVEIRA, 1986, p. 53-54).

Mas, as lutas a favor da posse da terra e contra o modelo agrícola vigente, que massifica e expulsa os camponeses, impondo-lhes mutilações, devem ser também de questionamento ao Estado. Fernandes mostra esta situação ao afirmar que,

[...] os trabalhadores rurais têm criado diversas formas de resistência, durante toda a sua história, através das lutas sociais no enfrentamento com o Estado, com os proprietários de terra e capitalistas. Não é apenas a luta pela terra que está em questão, é uma luta contra o modelo de desenvolvimento que privilegia um único tipo de propriedade (FERNANDES, 2001, p. 31).

O conceito de *agricultura familiar* (ABRAMOVAY, 1992) vem sendo colocado, desde a década de 1990, como uma forma de transformar o bárbaro, ou seja, o camponês em “pequeno produtor” cujas ações sejam fundamentadas na racionalidade econômica capitalista. Para o autor, ainda que haja [...] o extermínio social do

campesinato “isso não significa a eliminação das formas de produção familiares, que poderiam ainda servir como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 129), por isso ele usa a expressão “pequeno produtor familiar”.

Ora, esta é uma tentativa vã de encobrir e/ou cooptar a lógica que rege a produção camponesa, pois esta é constituída sobre bases que estão para além do capital, cuja subjetividade não é superada pelo valor de troca imposto pelo mercado. A ética camponesa, de que fala Woortmann (1990, p. 12), revela que o determinante para a diferenciação entre “camponês” e o “pequeno agricultor familiar” é a sua relação com a terra. Para o agricultor familiar a relação com a terra baseia-se no valor de troca, enquanto que para o camponês, a terra representa uma ordem moral, tendo em vista a sua relação de pertencimento, o vínculo com sua história de vida.

O que tem sido propagado como *agricultura familiar* significa, pois, a invasão do campo pelo agronegócio, que, assim, atribui ao campo novas funções para satisfazer à produção de *commodities* de forma disfarçada, tudo justificado pelo discurso da modernização e do progresso do campo. Uma rápida análise desta situação faz perceber que não se trata apenas do produzir para vender, pois a *agricultura familiar* tem se ocupado de práticas agrícolas em benefício do mercado externo, enquanto que a oferta de alimentos tem sofrido uma forte pressão em virtude desta realidade que invadiu o campo.

Enveredando por caminhos tão repletos de contradições, cabe destacar que não se trata de sair em defesa da agricultura camponesa baseando-se num pensamento idílico do campo. O que se propõe é um debate, para que o campo não seja desfigurado em virtude de processos de reestruturação espacial que acabam por desconsiderar a própria história dos “de dentro”.

Se pensarmos que ainda hoje há os que pregam que a Reforma Agrária não tem mais razão para ser feita, compreenderemos a quem essa proposta de revalorização do campo beneficia. A nossa história não deixa dúvidas de que o campo tem sido pensado para uns poucos que dispõem de condições materiais e imateriais para manter e, até mesmo, ampliar o seu poder e domínio territorial. Nesse sentido, os movimentos sociais

de luta pela terra não só lutam pela *terra de trabalho* como assumem um papel de contestação do modelo atual dominante de estrutura do campo brasileiro, que se apresenta organizado para atender às reivindicações presentes na pauta da política agrícola externa. Assim, conforme Guimarães,

O futuro da agricultura camponesa dependerá da capacidade que tenham ou venham a ter, as forças sociais majoritárias no campo, para exigirem e obterem a implantação de mudanças profundas na tradicional política concentracionista da propriedade, da produção e da renda, que vem sendo aplicada a séculos no Brasil (GUIMARÃES, 1982, p. 342).

Ora, se há mais de quatro décadas, a necessidade de implantar profundas mudanças na estrutura do sistema agrário brasileiro já se fazia urgente, hoje, mais que antes, constitui-se crucial para o desenvolvimento do campo e para a valorização do camponês enquanto sujeito social, de importante papel na agricultura brasileira. Concorde-se, amplamente, com Mesquita (2008, p. 133) quando esta afirma que “Novas e eficazes políticas de acesso à terra precisam ser implementadas urgentemente”, pois desde a tão propagada “modernização da agricultura” brasileira presenciamos apenas a expansão do agronegócio e o recrudescimento dos conflitos no campo, com violentos confrontos entre latifundiários e camponeses.

A luta pela terra e pela Reforma Agrária tem seu expoente mais representativo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que junto com os posseiros, meeiros, rendeiros e parceiros, dentre outros, intensifica o processo de formação e recriação do campesinato no Brasil, apesar de sofrer um processo constante de “satanização” pela mídia. Fernandes (2001) acredita que,

Com a expansão do capitalismo no campo e, conseqüentemente, com a sujeição da renda da terra ao capital, a luta pela terra é, antes de mais nada, uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração. [...] Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição da terras, vai além... vai em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar (FERNANDES, 2001, p. 53).

Com ou sem terra o camponês expropriado acaba se reterritorializando em outro lugar, de maneira a recriar-se e inaugurar novos espaços de luta e resistência. É comum que camponeses expropriados e em busca de uma nova territorialidade migrem para

outras regiões, como temos inúmeros exemplos no Brasil, onde camponeses do Sul migraram para a Amazônia em busca da “terra prometida”. Se por um lado “a luta continua”, por outro, é preciso vencê-la.

A realidade do campo brasileiro, Oliveira (2003) chama de “barbárie”, pois, enquanto o agronegócio, vestido da roupagem modernizadora, encontra as fronteiras abertas para a sua expansão, é cada vez mais urgente e necessária a luta de camponeses pelo direito de produzir na terra. A barbárie no campo brasileiro não tem limites; são praticadas ações execráveis de norte a sul, de leste a oeste, o que revela conflitos nos quais o camponês sempre está numa condição desfavorável em relação ao “gigante de botas”.

Embora essas discussões suscitadas neste artigo sejam apenas a ponta do *iceberg*, tentou-se demonstrar a necessidade da existência-resistência do camponês que, mesmo, com a acentuada modernização da agricultura e com a expansão do capitalismo no campo, tem a *terra de trabalho* como valor cultural e moral para a sobrevivência da espécie humana e que por isso deve-lhe ser conservada. Trata-se aqui de um camponês humano, sábio e rico em bens imateriais, que busca por meio de sua luta diária a consolidação de sua dignidade, de uma ética da campesinidade (WOORTMANN, 1990, p. 44) que influencia suas práticas cotidianas. Na verdade, os discursos fatalistas servem muito mais àqueles que defendem o fim da agricultura camponesa do que ajudam os camponeses a conseguir efetivar e vencer sua luta.

Assim como mostra Oliveira (1986) a sobrevivência do camponês no seio da sociedade capitalista, as profecias sobre a sua extinção jamais se tornarão verdadeiras porque os fatos sociais são dinâmicos. Aí reside uma questão central que certamente Lenin desconsiderou ao acreditar que o capitalismo cooptaria a todos, pois mesmo inserido numa sociedade capitalista, o camponês luta contra quem está por trás da propriedade privada da terra, ou seja, o capitalismo.

Considerações finais

Nenhum trabalho como este pode ser considerado concluído, pois a dinâmica e os próprios conflitos da questão agrária acabam por gerar novas reflexões e ações. Nesse sentido, o geógrafo deve buscar estabelecer com outras áreas do conhecimento um diálogo efetivo para que as imbricações que se revelam no interior dos estudos agrários sejam analisadas e debatidas numa perspectiva combativa, no intuito de ir contra os paradigmas impostos, contra os detentores de verdades absolutas, que vitimizam e marginalizam o “tradicional” em detrimento do “moderno”. Esta sacralização do moderno pelo capital, e em nome da “ordem e progresso” do país, traz grandes entraves à implementação de uma Reforma Agrária que contemple as necessidades da grande massa camponesa responsável pela produção de alimentos no Brasil.

Mesmo discordando das inferências de Kautsky, Lenin e Abramovay, reconhece-se a importância delas para o avanço dos estudos agrários, pois acabaram por gerar dissídios fundamentais para o reconhecimento de conflitos, a partir do que surgiram outras formas de ver e conceber o campesinato. Destaca-se aqui a importância dos cursos de graduação e de pós-graduação em Geografia e áreas afins em todo o Brasil que, a partir das inquietações dos pesquisadores, acabam produzindo formas de conhecimento que contribuem sobremaneira para os estudos agrários.

Contrariando aqueles que, seguindo uma lógica externa, creditaram à agricultura camponesa um triste fim, a sua criação e recriação têm ocorrido nos vários cantos do Brasil, mesmo a despeito de um poderoso sistema que assassina camponeses, defensores deles e estudiosos, não apenas em seus estudos, mas também na acepção maior da palavra. A rebeldia do camponês fica evidente nas lutas pelo direito de possuir no futuro um pedaço do chão deste país, que desde sempre foi construído por muitos, mas para pertencer a poucos.

À luz de tais considerações, é possível afirmar que as concepções revelam muito mais que aspectos de um ser. Posturas ideológicas e políticas desvelam os caminhos e propósitos a serem seguidos para que objetivos planejados sejam alcançados. Assim, a

defesa do fim do campesinato representa uma tentativa voraz de extinção do camponês que, em sua essência, traz uma resistência ao modo de vida a serviço único e exclusivo da lógica do mercado.

Essa recriação tem ocorrido por meio de estratégias diversas que acabam burlando as barreiras impostas pelo capitalismo; é uma marcha que agrega adeptos que assumem papéis variados pela defesa da importância do camponês. Sempre haverá alguém disposto a lutar contra as iniquidades que perpassam as massas trabalhadoras, que diariamente buscam construir uma sociedade *para e de* todos por meio do trabalho. Por isso, o campesinato perdurará mesmo com a concentração da terra e da renda. Enquanto houver o desejo por um pedaço de chão para plantar, os conflitos estarão presentes, mas farão surgir movimentos sociais de contestação e reconhecimento das maiorias vilipendiadas do direito a uma vida digna.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992. 275 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação - referências - elaboração**: NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002.

BRUM, Argemiro Jacob. **A modernização da agricultura**: trigo e soja. São Paulo: Vozes, 1988. 199 p.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 427 p.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1972. 342 p.

FELICIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo a partir dos conceitos de agricultor familiar e camponês**. In: Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. In: Terra Livre, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.

-
- _____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001, 285 p.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 362 p.
- _____. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255 p.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1968. 329 p.
- LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme.** Tradução de Jehovanira C. de Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 348 p.
- LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** Tradução de José de Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993. 179 p.
- MESQUITA, Helena Angélica de. **Espaço agrário brasileiro: políticas de exclusão e movimentos sociais de inclusão social.** In: Boletim Goiano de Geografia, v. 28, nº 01, p. 127-142, 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Editora Ática, 1986. 88 p.
- _____. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991, 164 p.
- _____. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** In: Terra Livre, São Paulo, n. 21, p. 113-156, 2003.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2000. 188 p.
- SHANIN, Teodor. **La clase incómoda.** Madrid: Alianza Editorial, 1983. 339 p.
- SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena. (Org.) **A questão agrária.** São Paulo: brasiliense, 1981. 185 p.
- WOORTMANN, Klass. **“Com parente não se neguceia”:** o campesinato como ordem moral. Brasília: Ed. UNB – Tempo Brasileiro, 1990. p. 198.

Artigo recebido em setembro/2009 e aceito para publicação em janeiro/2010.